Pão, carne e água na Lisboa medieval. Memórias documentais. Uma introdução

Amélia Aguiar Andrade (NOVA FCSH e IEM) e Mário Farelo (ICS – U. Minho e Lab2PT)

O e-book *Pão, carne e água na Lisboa medieval: Memórias documentais* resulta do trabalho de investigação que esteve na base de uma exposição promovida pelo Instituto de Estudos Medievais e pelo Arquivo Municipal de Lisboa / Histórico, em 2019, numa profícua associação entre arquivistas e investigadores, estes últimos de várias gerações, pois para além de reputados medievalistas houve a possibilidade de associar à equipa de trabalho alunos de licenciatura e mestrado aliando o ensino universitário à investigação, afinal um dos objetivos do IEM e da NOVA FCSH. Dessa exposição resultou um detalhado catálogo que, a partir da agora, estará em livre acesso e um vídeo homónimo, produzido pelo Arquivo Municipal de Lisboa / Videoteca, disponível no youtube[1]. Juntando aos documentos medievais, artefactos arqueológicos resultantes das numerosas intervenções que têm vindo a ser realizadas no subsolo da cidade, representações – iluminuras, desenhos, etc. – e outros materiais cartográficos produzidos expressamente para a mostra, foi construída uma narrativa que permitiu aos visitantes confrontarem-se com a memória do quotidiano da cidade medieval através de três elementos básicos da alimentação dos seus moradores: o pão, a carne e a água.

Vista da cidade de Lisboa
(ca. 1515-1520)
António de Holanda (atrib.)
Crónica de D. Afonso Henriques, por Duarte Galvão
Pergaminho manuscrito e iluminado
Século XVI
MCCG-BIB-014
Câmara Municipal de Cascais / Museu Condes de Castro Guimarães

[1] Amélia Aguiar Andrade; Mário Farelo; Marta Gomes, eds. *Catálogo da Exposição Pão, Carne e Água. Memórias da Lisboa Medieval*, Lisboa, Arquivo Municipal de Lisboa e Instituto de Estudos Medievais, 2019, e o vídeo *Pão, carne e água: memórias de Lisboa medieval* em https://www.youtube.com/watch?v=kou5FMhbdaQ&t=235s.

A publicação que agora se disponibiliza pretende ampliar a difusão dos resultados da investigação então empreendida ao partilhar com o público e, sobretudo, com professores e estudantes, o interessante acervo documental que então foi exposto e cuja leitura não é imediata para os não medievalistas, por exigir conhecimentos paleográficos. Porém, do conjunto de documentos que, em 2019, integraram o circuito expositivo não se publicam aqui dois importantes documentos, por serem objeto de publicação autónoma: o *Foral da Portagem*, em transcrição da autoria de José Augusto Oliveira[2], assim como a informação relativa a carniceiros contida no *Livro 5.º de obrigações de vender carne no Açougue*, conservado no Arquivo Municipal de Lisboa, já publicada por Maria Filomena Melo no âmbito da investigação realizada pelo IEM para a construção da exposição[3]. Proximamente será dada a estampa a leitura integral das mais antigas posturas do concelho de Lisboa, datáveis do século XIV, um códice conservado no Archivo General de Navarra, que foi exibido pela primeira vez em Portugal, integrado na Exposição *Pão carne e água: memórias de Lisboa medieval*, razão pela qual o texto deste importante códice também não foi objeto de transcrição na presente obra[4].

Neste livro, quem se interessa por Idade Média e pelo passado medieval de Lisboa, pode ler a competente transcrição paleográfica de 28 documentos da responsabilidade da Drª Adelaide Brochado, do Arquivo Municipal de Lisboa e aceder ao original, caso pretenda desenvolver outros aspetos da sua investigação pessoal ou, apenas, visualizar a materialidade da escrita medieval, na suas diferentes tipologias documentais.

Atendendo aos objetivos da edição antes referidos entendeu-se que seria útil fazer acompanhar as leituras documentais de reproduções de imagens, de iluminuras, de desenhos, de artefactos arqueológicos e de moedas, que permitissem uma melhor visualização e compreensão do seu conteúdo. Tanto quanto possível coevos da medievalidade – e sabemos quanto a Idade Média portuguesa foi avara na produção de imagens – foram complementadas com materiais cartográficos resultantes da investigação empreendida no Instituto de Estudos Medievais.

Assim, os objetos materiais resgatados pela pesquisa arqueológica do subsolo de Lisboa, tais como utensílios de cozinha ou moedas, permitem recuperar materialidades do quotidiano dos lisboetas associados à alimentação. Por outro lado, representações ainda que tardias como é o caso do *Panorama de Lisboa*, elaborado já no século XVI e disponível na Biblioteca da Universidade de Leiden, proporcionam uma visualização aproximada de edifícios, ruas e equipamentos urbanos referidos nos textos transcritos, como é, por exemplo, o caso de dois dos chafarizes mais importantes da Lisboa do século XV: o *chafariz del rey* e o *chafariz dos cavalos*. Um belíssimo desenho extraído do *Livro das Fortalezas de Duarte de Armas*, códice produzido no reinado de D. Manuel, recupera um cenário que as fontes escritas permitem intuir: o papel das mulheres no abastecimento familiar de água.

Cruzado de D. Afonso V (1438-1481)
Ouro
23mm; 3,52g.
Anv.: brasão de armas do reino de Portugal, constituído por escudo coroado e formado por escudete com cinco quinas e besantes em aspa, montado sobre a cruz da Ordem de Avis, e bordadura de quatro castelos.
Rev.: cruz equilateral inscrita em moldura polilobada.
INCM/Museu da Casa da Moeda 4740

[2] *O foral da portagem de Lisboa*, estudo introdutório e transcrição de José Augusto C. F. Oliveira, Lisboa, Edições Colibri - Instituto de Estudos Medievais, 2024. [Disponível em: https://run.unl.pt/handle/10362/172668].

[3] Maria Filomena Melo, «O abastecimento de carne à cidade de Lisboa (1495-1516): registos inéditos», *Cadernos do Arquivo Municipal*, 2ª série, 8 (julho-dezembro 2017), p. 166-203 [Disponível em: https://cadernosarquivo.cm-lisboa.pt/index.php/am/article/download/193/].

[4] Trata-se do códice *Ordenanzas de Lisboa, Comptos Doc*, cajón 5, nº121 conservado no Archivo General de Navarra (Espanha). Publicado parcialmente em *Posturas do Concelho de Lisboa (século XIV)*, edição de Francisco José Velozo; José Pedro Machado, Lisboa, Sociedade da Língua Portuguesa, 1974.

O *Glossário*, por seu lado, pretende ajudar o leitor menos familiarizado com a Idade Média a orientar-se nos meandros do léxico referido nos documentos, disponibilizando, através de noventa e duas entradas, informação sucinta, de acordo com os resultados mais recentes da investigação sobre questões como as diferentes tipologias de documentação emitidas, sobre específicos elementos da tessitura urbana de Lisboa, sobre impostos e taxas cobradas, sobre moedas então correntes e sobre o elenco de cargos administrativos régios e concelhios, presentes nas ações descritas. Os dois índices que se publicam pretendem ser orientadores da leitura e da busca de dados específicos que possam interessar aos leitores. O *Índice Onomástico*, com indicação das profissões e funções quando disponibilizadas pelo documento, guia o leitor pela panóplia das personagens mencionadas nos documentos, facilitando a compreensão e, sobretudo, a possibilidade de aprofundar o seu estudo através de bibliografia ou outros documentos. O *Índice Analítico*, por seu lado, organiza-se em vinte e um apartados que ajudam a salientar e, simultaneamente, a melhor localizar a informação fornecida pelos documentos em assuntos tão diversos como a tipologia documental, a fiscalidade e a economia, os objetos materiais, a toponímia, as matérias-primas, a higiene, os alimentos, os cargos e ofícios, entre outros. É também fornecida uma seleção bibliográfica que permite, a quem o desejar, aprofundar o conhecimento sobre os múltiplos assuntos focados na documentação agora publicada, na qual, em muitos casos, é disponibilizada a informação que permite aceder diretamente às publicações que se encontram em acesso aberto.

Na documentação agora publicada predomina a documentação de proveniência régia, uma circunstância recorrente nas cidades medievais portuguesas e de que Lisboa, ainda que detentora de um acervo muito rico e variado, não se afasta. Tal resulta de duas circunstâncias que convém assinalar. Por um lado, o cuidado que a gestão concelhia tinha na conservação de cartas probatórias dos seus direitos e privilégios, assim como das que também emanavam do seu diálogo político com os monarcas, os quais, em Lisboa cidade de senhorio régio, eram também os seus senhores. Mas, por outro lado, esta situação é também corolário das enormes perdas da documentação concelhia que caracterizam o Portugal medieval. Tal como hoje se constata para a maioria das cidades e vilas, Lisboa não conserva documentação fundamental para o estudo do seu quotidiano e do exercício da gestão dos seus magistrados, como é o caso de livros de actas da vereação, de livros de contabilidade ou de livros das audiências do almotacés, os magistrados a quem cabia a vigilância sobre o comércio alimentar.

Representação da Casa de Santo António, antigo Paço do Concelho – Panorâmica da cidade de Lisboa
Papel
Origem desconhecida (Portugal?)
1540-1550
Special Collections (KL) Bodel Nijenhuis
COLLBN J.29-15-7831-110-30
Universiteit Leiden

O rei é, assim, o principal emissor da documentação hoje disponível sobre a cidade de Lisboa e, nesta seleção documental, predominam os monarcas da dinastia de Avis, os quais como se sabe, desenvolveram uma relação de proximidade e favor com a cidade que teve um papel fundamental na ascensão do seu fundador, D. João I. Os destinatários dessas missivas – capítulos de cortes, cartas de quitação, cartas de privilégios, entre outras – foram sobretudo os homens da vereação ou seja, os juízes, vereadores, procurador, homens bons e procuradores dos mesteres a quem cabia governar a cidade e dar cumprimentos às diretivas do seu senhor que, como antes se assinalou, era também o seu rei. Monarcas que atribuíam à cidade de Lisboa um especial relevo como espaço de exercício dos rituais de poder, ou não tenha a cidade acolhido a sua principal residência – o Paço da Alcáçova – e sido local de realização de vinte e duas reuniões de cortes ou seja, das assembleias mais representativas do diálogo político entre os reis e o reino.

A dimensão demográfica única e importância política, administrativa e militar que Lisboa adquiriu a partir do fim da Reconquista portuguesa permitiu-lhe garantir a indiscutível posição de *cabeça de reino*. Mas, alimentar esta grande cidade era, como se pode concluir pela leitura dos documentos agora publicados, uma preocupação para o concelho e para o rei. A dimensão dos consumos tinha de assentar em circuitos de abastecimento de larga escala que implicavam grande parte do reino, aliás bem patente no abastecimento e consumo de dois dos três alimentos que dão corpo temático à presente obra: a carne necessária para as carniçarias de Lisboa e os cereais, implicando, estes últimos, a aquisição em outras regiões europeias, pois a cidade, durante toda a Idade Média, esteve sempre faminta de pão, podendo eventualmente, em extremo, recorrer-se ao sempre censurado comércio de cereais com «terra de mouros». Havia, pois, que garantir o fornecimento de carne, pão e água, de modo a obviar tensões e movimentos de contestação, difíceis de controlar numa cidade com a dimensão populacional de Lisboa. Se o concelho queria assegurar o bom governo da cidade, sustentado na tranquilidade do quotidiano e nas garantias de abastecimento e de controle de preços, os monarcas tinham de garantir a sintonia de uma cidade que era peça fundamental na sua afirmação política, como ao longo dos séculos XIV e XV foi comprovado pelo seu envolvimento nas situações de crise.

Representação de uma barca – Panorâmica da cidade de Lisboa
Papel
Origem desconhecida (Portugal?)
1540-1550
Special Collections (KL) Bodel Nijenhuis
COLLBN J.29-15-7831-110-30
Universiteit Leiden

Mas a documentação permite ir além do reconhecimento das preocupações concelhias e régias com o abastecimento e venda de cereais e da carne, ou com a garantia do fornecimento de água através de fontes, chafarizes e poços. Assim, outros temas emergem dos documentos agora publicados, tais como o enquadramento fiscal destas atividades, a preocupação da Coroa com a falta de um sistema unificado de pesos e medidas ou informações variadas sobre as alterações do sistema monetário e suas consequências, nomeadamente no que respeita aos preços de venda. Através destes documentos intuem-se igualmente sinais conjunturais de crises, nomeadamente nos problemas decorrentes do abastecimento da praça forte de Ceuta ou os efeitos adversos de maus anos climáticos na produção cerealífera, responsáveis pelas carestias de cereal; uns e outros gerando a necessidade de importações desse produto e a consequente presença de estrangeiros na cidade, um elemento sempre encarado como concorrencial pelos locais.

Lendo estes documentos é possível encontrar momentos de diálogo entre poderes régio e local, mas também as práticas de gestão concelhia através da regulamentação dos espaços de venda de produtos alimentares. Assinalem-se ainda outras situações, associáveis à preocupação dos monarcas de finais da Idade Média com a dignificação do espaço urbano através do apoio e financiamento de equipamentos, como era o caso das fontes e dos chafarizes e as medidas de melhoramento da salubridade. Uma tipologia documental muito interessante, a carta de quitação (documento 17) surge especialmente rica de informações sobre a fiscalidade na cidade, pois a partir dela é possível conhecer rendas, sistemas de cobranças e indivíduos envolvidos na recolha de taxas e impostos associados à produção e circulação de bens alimentares que afluíam à urbe.

Réplica de Pedra de armas da cidade de Lisboa
Gesso (Calcário branco cristalino)
Oficina regional lisboeta
Chafariz de Andaluz, 1336 (original)
580x620x170 mm
MC.ESC. 410
EGEAC/Museu de Lisboa

A documentação disponibilizada e os elementos visuais que lhe foram associados permitem recuperar alguns aspetos da memória de Lisboa medieval através de um tema sempre presente como a alimentação. Contudo, como acontece com a documentação medieval, a sua leitura mais atenta possibilita iluminar outros temas e elencar outras informações. Mas espera-se que seja suscitadora de um abrir de caminhos para um mais profundo conhecimento da memória de Lisboa medieval.